

A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA NUMA ABORDAGEM À GESTÃO DEMOCRÁTICA

Maysa dos Santos Neres ¹
Milena Braga Vale ²
Kelvia Nunes da Silva ³
Walber Christiano Lima da Costa ⁴

RESUMO

O presente artigo apresenta a conceituação da função social da escola e gestão democrática escolar, na visão de alguns autores clássicos. Nossa intenção durante este estudo é possibilitar uma reflexão crítica acerca da função social da escola e a gestão democrática escolar, problematizando as ideias a respeito da gestão democrática, visto que, ao longo da história a organização do sistema educacional foi marcada por modelos hierarquizados e centralizados, na representação do diretor ou dos que se encontravam no poder. A pesquisa fundamenta-se em um estudo de análises bibliográficas, tendo como principais referências os textos de Cardoso e Lara (2009), Pérez Gómez (1998) e Libâneo (2001). É preciso compreender em primeiro lugar, a função educativa em uma sociedade para que se torne possível refletir sobre a práxis do educar e poder intervi-la. A gestão escolar adquirir um papel fundamental de atentar-se a qual ação deve ser exercida por sua instituição, no sentido de que indivíduo se espera formar. Acerca disso é relevante pensar os caminhos que a educação deverá percorrer, ao passo que, ao se discutir a função social da escola e sua estruturação na gestão escolar estamos levantando a responsabilidade da construção de uma escola e sociedade que seja cidadã e participativa, embora, precisa-se ainda que este modelo de gestão saia do papel e se efetive na realidade.

Palavras-chave: Função social da escola, Gestão democrática, Escola.

INTRODUÇÃO

Levando em consideração aspectos da trajetória da educação temos um quadro amplamente diversificado no que se concerne ao tempo e ao meio, de maneira que, em cada época e sociedade foi desenvolvida um tipo de instrução, conforme era a demanda de suas reais necessidades. Sendo a educação um instrumento de compreensão, interpretação e transformação do homem e mundo.

A escola nem sempre existiu. Por muito tempo a tarefa de educar era meramente da família e do meio social, porém, o seu surgimento em massa como é discorrido por Alves (2001), é possível ser ligado a ideologia de dominação referente ao período da revolução

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA, maysasantos130@gmail.com;

² Graduanda do Curso de Pedagogia pela UNIFESSPA, mivale107@gmail.com;

³ Graduanda do Curso de Pedagogia pela UNIFESSPA, kelviasilvan22@gmail.com;

⁴ Doutor em Educação em Ciências e Matemáticas (PPGECM/IEMCI/UFGA). Professor da UNIFESSPA, walberchristiano@gmail.com.

industrial onde demandava-se por mão de obra qualificada para o sistema capitalista, ou atrelada a concepção da escola servir como depósitos de crianças enquanto que os pais se encontravam ocupados trabalhando, ou simplesmente um meio de inculcar a ideologia da classe dominante.

Para Bourdieu (1999, apud, CARDOSO e LARA, 2009, p. 1314), fica claro que a escola “é um dos fatores mais eficazes de conservação, pois fornece a aparência de legitimidade as desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural”. Diante disso, a função social da escola finca-se na conservação social das desigualdades.

Em contrapartida, nos apontamentos apresentados no artigo, “Sobre as funções sociais da escola” das autoras Cardoso e Lara (2009), é possível perceber que Pérez Gómez, olha a função social da escola como a de transmissão dos conhecimentos entre as gerações no processo de humanização, inserindo os novos sujeitos na vida pública e no trabalho acreditando na tendência renovadora da educação através do olhar compensatório do processo de ensinar.

Em consonância a esses fatores se torna relevante ressaltar que o ato educativo exercido pela a equipe gestora e corpo docente devem ser exercidos de forma clara sobre a estrutura de ensino, realidade em que estão inseridos, as normas e políticas legais para que não se tornem instrumentos de manipulação e reprodução das ideologias externas. Nesse sentido, o sistema de gestão escolar democrática que busca instrumentos de participação social rompe com a concepção reprodutora da escola, de uma organização de ensino autoritária, pois como sinaliza Libâneo (2001), essa reorganização propõe desenvolver um modelo de educação mais participativa e transformadora, assim ressignificando a função social da escola.

A escolha dessa temática relaciona-se com objetivo de tentarmos compreender como as ações desenvolvidas por uma organização escolar poderá influenciar no papel social da escola. Considerando a relevância dos pontos elencados, o principal intuito desta pesquisa foi analisar por meio de um estudo bibliográfico a função social da escola frente aos desafios de uma gestão democrática, uma vez que se torna necessário no contexto atual os educadores transformarem a sua prática pedagógica, procurando novas metodologias que atendam a realidade educacional e as necessidades do aluno.

METODOLOGIA

Buscou-se obter o objetivo proposto por meio de um levantamento bibliográfico, Severino (2007), destaca que a pesquisa bibliográfica restringe-se à análises e utilização de dados já registrados por estudos e teóricos anteriores, ou seja, o pesquisador trabalhará acerca das informações assim lhes fornecidas por uma determinada temática ou contexto teórico.

O presente trabalho se desenvolveu a partir dos autores Cardoso e Lara (2009), Pérez Gómez (1998) e Libâneo (2001), no qual o primeiro teórico dialoga com Pierre Bourdieu e Pérez Gómez. Deste modo, pretendemos por meio destas bases proporcionar uma reflexão enriquecedora e precisa do tema estudado.

Para tanto, este estudo divide-se em quatro partes, expondo em primeiro lugar, sobre a função social da escola concentrando-se na visão de Bourdieu e Gómez. Logo em seguida, abordando a importância da gestão escolar democrática e os possíveis resultados e discussão abordados durante este estudo. Por último apresentamos as considerações finais, promovendo uma reflexão acerca do papel social da escola destacando sobre a relevância dos processos de um gestão escolar democrática.

FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA NA VISÃO DE PIERRE BOURDIEU E PÉREZ GÓMEZ

Bourdieu (1999) compreendia que a educação estava intrinsecamente ligada com os condicionantes da sociedade, podendo chegar à conclusão que a escola é um dos meios mais eficazes de conservação social, pois o ensino não é transmitido da mesma forma para todos os alunos como se aparenta, ela contribui muito mais com a reprodução das diferenças do que com a igualdade.

E um dos motivos para isso ocorrer é o fato dos alunos ao entrar na escola já trazerem consigo uma bagagem de conhecimentos, herdados principalmente pela família chamado de capital cultural, essa metáfora é usada pelo autor para explicar o porquê de certos alunos terem mais êxito com o aprendizado do que outros, nessa abordagem a origem familiar vai interferir diretamente na vida escolar e social dos alunos.

Cardoso e Lara (2009), ao apontar as ideias de Bourdieu demonstram que, este acredita que os filhos da classe superior herdam saberes específicos, gostos e “bom gosto”, sendo tais conhecimentos classificados como o teatro, a pintura, a música, o cinema etc. Em contrapartida, Suhr (2012) expõe:

Já as crianças das classes trabalhadoras, exatamente por não terem acesso a esse mesmo conhecimento fora da escola, tendem a enfrentar maiores dificuldades no

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

processo de escolarização. Com a continuidade dos estudos em níveis mais avançados, é ainda mais difícil (SUHR, 2012 p. 124).

Em outras palavras, já há uma desvantagem e ela ainda é elevada quando a escola não busca condições de fazer com que a classe popular adquira o capital cultural que não herdaram, em vez disso privilegia aqueles que têm mais “potenciais e inteligência”, isto é, os que se adequam a cultura dominante da escola.

O processo de acumulação do capital cultural acontece desde a infância. Pais diplomados que tiveram contatos com livros e a cultura dominante tendem a proporcionar a seus filhos uma melhor formação. Consequentemente, para Bourdieu, a herança cultural interfere tanto no êxito e continuidade dos estudos, quanto ao destino escolhido pelos estudantes, onde a atitude dos pais com a escola determinará a prossecução ou não dos estudos. Além do mais, a classe trabalhadora possui sim uma cultura, porém, esta não é valorizada pela escola a qual prioriza a cultura da elite que é bem parecida com a sua.

A escola acaba justificando as diferenças de condições de vida entre as classes por meio do fracasso individual. Essa ainda promete ao indivíduo esperança de mudar de condição, alegando simplesmente “que se quiser, se tiver inteligência e capacidade pode ser melhor que seus pais”, mas raramente isso acontece. Dessa forma, destaca Bourdieu em sua concepção que o indivíduo ao não conseguir concluir os estudos acredita que não soube desfrutar das oportunidades lhe oferecidas.

Em vista disso, cabe a ele manter-se em posições submissas onde irá obedecer aqueles que tiveram sucesso na escola e assim tem o direito de comandar. A escola justifica as diferenças e ainda por cima colabora para mascarar essa realidade, uma vez que, faz com que o aluno acredite que essa situação é normal. Nesse ínterim, as unidades institucionais de ensino sistematizado deveriam se adequar de acordo a realidade do aluno, fazer com que este se sinta bem-vindo, possua liberdade e ao mesmo tempo autonomia, não o excluindo. Para que isso ocorra a estrutura da escola deve mudar, adquirindo uma função social compensatória em concordância com Pérez Gómez.

Para se compreender a função social da escola para este autor, é preciso reconhecer que as sociedades são permeadas de fatores que são transmitidos através dos mais velhos para os mais novos, como os conhecimentos, valores, culturas, papéis sociais e etc. Nesse sentido, quando Pérez Gómez (1998, p. 14) fala sobre a educação, aponta que as instituições de ensino irão desempenhar a função de “garantir a reprodução social e cultural como requisito para sobrevivência da sociedade”, ou seja, irá transmitir a herança cultural.

Partindo da visão conservadora da escola, Pérez Gómez corrobora com Bourdieu no que se refere à educação escolar, de tal modo que, tal possua a capacidade de desenvolver a aceitação da arbitrariedade cultural. Logo, esta existindo, resulta por permitir somente a reprodução dos conhecimentos acumulados na sociedade sem instigar totalmente a criticidade do aluno.

Esse processo de reprodução social da escola é para “manter a dinâmica, o equilíbrio nas instituições e as normas de convivência” (PÉREZ GÓMEZ, 1998, p. 15), e quem dita essas normas é a classe da cultura dominante. No processo de ensinar é permitido a inserção dos mais novos na sociedade, inculcando nestes as ideologias do meio em que estão inseridos, assegurando, pois, que qualquer indivíduo é possuidor de direitos, liberdade e todos são iguais sem distinções.

Sobre o princípio constitucional da igualdade, A Constituição Federal Brasileira de 1988, dispõe no artigo 5º: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]” (BRASIL, 1988). No entanto, disparidades habitam em relação ao campo econômico, social, cultural e educacional de tal modo que este meio é desigual, onde o capital gira em torno do próprio capital.

Por sua vez, essa desigualdade é encontrada no currículo escolar em conteúdos permeados da cultura da elite, no autoritarismo presente em algumas gestões escolares, na rigidez do professor que não se abre para compreender a realidade de cada aluno, na didática que não permite a participação crítica do educando, no modelo tecnicista de avaliação, nas recompensas que geram competitividade dentre outros fatores.

Segundo a visão de Pérez Gómez, a escola em meio ao seu caráter histórico de reprodução social, poderá desempenhar o caráter compensatório para todas as desigualdades sociais já que “existem espaços de relativa autonomia que podem ser utilizados para desequilibrar a evidente tendência à reprodução conservadora do status quo” (PEREZ GÓMEZ, 1998, p. 19).

Posto isto, as práticas educativas deveriam propor a reflexão sobre o conhecimento histórico da sociedade, procurando desenvolver no educando a percepção da ideologia dominante rompendo com a ação reprodutivista. Ao mesmo tempo que, o autor acredita na reprodução (alienação) dentro da escola, ele afirma que essa não ocorrerá de maneira linear, por isso, sempre irá haver resistência ocorrendo através do ato reflexivo, apontado por Freire (1987).

Ao defendermos um permanente esforço de reflexão dos oprimidos sobre suas condições concretas, não estamos pretendendo um jogo divertido em nível puramente intelectual. Estamos convencidos, pelo contrário, de que a reflexão, se realmente reflexão, conduz à prática (FREIRE, 1987, p. 57).

A tendência renovadora da escola através da ação reflexiva pode formar sujeitos críticos capazes não só de perceberem que estão sendo oprimidos, mas que tenham o poder de agir e lutar contra as desigualdades. Esse processo não ocorre através de uma educação unitária, mas sim plural, por meio de uma aprendizagem significativa que associa a realidade, a cultura de cada aluno ao conteúdo do que é aplicado em sala de aula proporcionando o acesso à cultura dominante, mas não as impondo.

Pérez Gómez acredita, portanto, que a escola não mudará a realidade desigual, todavia poderá diminuí-la. A organização escolar deve ser emancipatória na perspectiva do autor, possibilitando ao aluno da classe subalterna o capital cultural como forma de transformar as diferenças, visto que, na sociedade só se sobressaem quem o possui.

FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA NA DIMENSÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

A organização escolar no Brasil enquanto república centrava-se na teoria geral da administração (assemelhando-se a uma administração empresarial). Nesse período a educação se caracterizava por uma organização elitista não sendo valorizada, focando-se na formação para o trabalho, através de uma educação técnica, esquecendo-se dos estudos literários e clássicos. Sobretudo, afirma Moreira (1990) que é a partir dos debates entorno dessa situação que os movimentos reformistas obtiveram maior resistência na luta por uma educação transformadora, destacando com isso, um marco realizado pelos pioneiros através do manifesto, que marcou uma luta por uma educação significativa de qualidade para todos.

Mesmo após as reformas no âmbito escolar, vale ressaltar que não se teve grandes avanços. Libâneo (2001) expõe que, os debates acerca da reforma curricular nos anos 80 do século XX assume novos modelos de gestão escolar, divergindo da concepção antecedente a este período caracterizada por uma realidade burocrática, funcionalista, espelhando-se em uma organização empresarial. Após esse período começou-se a diferenciar a gestão escolar de uma administração empresarial.

A respeito das questões acima, A Constituição Federal Brasileira de 1988, ampara a gestão escolar no contexto pós ditadura militar, pressupondo concepções promotora da liberdade, contrariando o período opressor e ditatorial. Levando em consideração esses

aspectos, ela se baseia em direitos e deveres para os cidadãos, sendo um dos direitos a educação para todos. Similarmente, a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (LDB) em seu Art. 3º, Inc. VIII destaca que, a gestão escolar deve ser democrática seguindo a legislação do sistema de ensino, ademais no seu Art. 14º as instituições públicas que ofertam a Educação Básica devem ser administradas como base no princípio da gestão democrática, contribuindo ativamente na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola e no engajamento com a comunidade local.

Se tratando assim de uma gestão escolar democrática, Libâneo (2001) enfatiza que, será aquela que priorizará a participação do coletivo, a participação de todas as estruturas sociais de dentro e fora da escola na condução do processo educacional do nosso país. Nessas estruturas estão situadas o ambiente escolar, os gestores, alunos, instâncias colegiadas, Associação de Pais e Mestres, Conselho Escolar, Grêmios Estudantis e todos aqueles que estão envolvidos na comunidade escolar, tendo a liberdade de dialogarem e opinarem nas ações e decisões da instituição, no qual será permitido o envolvimento de todos os componentes no funcionamento da escola.

Entende-se a gestão democrática como um sistema que agrega pessoas, que concebem a participação de todos no processo de decisões da instituição de ensino como ingrediente importante para criação e desenvolvimento das relações democráticas e sociais. Esse tipo de gestão descentralizada acaba por fazer da escola um espaço mais aberto ao diálogo, sem focar o poder de comando em hierarquias. Segundo Libâneo (2001), um fator importante dentro desse processo escolar se encontra como gestão participativa, implicando em uma gestão descentralizada que executa um planejamento compatível com as realidades locais.

Tendo em vista esse modelo de organização escolar, a sua implantação tem grande importância como um recurso de participação humana, de formação para a vida, para cidadania na oferta de uma educação de qualidade. A partir da gestão democrática que se sugere o respeito às diferenças, o saber ouvir e conciliar as opiniões se torna uma medida alcançável para poder aperfeiçoar o ensino de uma escola, consistindo de fato em uma forma de gerenciamento na condição de construção coletiva e qualidade de educação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este levantamento bibliográfico expõe as funções sociais da escola, onde a gestão se encontra incumbida de proporcionar sempre melhores condições de aprendizado. Para

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

Bourdieu uma gestão democrática é imprescindível dentro de uma instituição de ensino, pois para ele a escola é um dos meios que mais corrobora para a conservação e reprodução das desigualdades sociais, sendo esta sua função.

O sociólogo desta maneira acredita que venha existir na escola uma grande desigualdade de oportunidades, pois esta privilegia o capital cultural vindo da classe dominante e acaba impondo a todos, o que acarreta numa violência simbólica. Para se evitar essa violência é preciso que o gestor da escola tenha um olhar mais crítico para a realidade sócio cultural em que a comunidade atendida está inserida. Por isso, para Bourdieu é necessário escancarar essa realidade, para que a sociedade saiba da sua real situação e busque meios de reverter esse quadro de reprodução social que a escola exerce, mudando assim a estrutura e a organização escolar.

A gestão democrática já antes ressaltada na perspectiva de Libâneo (2001) confirma a ideia de função social renovadora da escola apontada por Pérez Gómez, no aspecto da construção da educação plural e não unitária, de tal modo que, a partir do momento que a equipe gestora se abre para o diálogo com a comunidade escolar na construção desse ambiente, é viável que se desenvolva uma diversidade pedagógica que atenda a especificidade de cada aluno, oferecendo meios para que todos se desenvolvam independente da classe social. Rompendo assim, com o quadro escolar competitivo e autoritário, construindo um espaço de solidariedade.

Em virtude desses fatores, cabe destacar que a gestão democrática na escola por si só não existe, ela sempre estará vinculada à democratização da sociedade. Consequentemente a isto, temos ambientes escolares com características precárias, a gestão age conforme seus interesses, priorizam seus objetivos, e até impõe certos padrões a se seguir, refletindo assim no papel social exercido por aquela instituição.

A gestão democrática não é ainda uma realidade total do nosso país, por mais que ela esteja legalmente proposta e subsidiada pela LDB, uma vez que através da concepção desses autores pode-se notar que os princípios dessa organização não se fazem presente no ensino atual como deveriam ser. Portanto, sugerimos que estudos futuros sejam realizados dado que não nos foi possível aprofundarmos em bases concentradas em análises subjetivas e interações sociais, assim caracterizada como uma pesquisa qualitativa.

Nesse contexto, a escola não carrega um currículo unívoco, mas sim concepções deste que abrangem diversas realidades e conhecimentos de mundo diferentes, levando em consideração, crenças, valores, culturas que circundam a educação, no qual o professor juntamente a gestão escolar tem uma tarefa árdua de tomar partido de qual função social a

escola se posicionará, escolhendo qual rumo será seguido, seja aquele que referenda ou aquele que transforma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando as afirmações apontadas no decorrer deste trabalho, temos a educação formal como um ato social, um modelo de escola baseado em uma determinada época, espaço e contexto social, onde os educadores precisam estar atentos a função social dessa escola, de tal modo que esta refletirá em todo um panorama histórico-cultural, podendo assim, intervir na sociedade com medidas de se obter um trabalho desenvolvido plenamente nos eixos das novas gerações.

A ação educativa deve seguir os rumos de uma conscientização com relação à realidade humana, proporcionando aos que estão integrados nesse sistema o conhecimento do contexto em que vivem e se relacionam. O ato pedagógico como antes mencionado, vai além do professor, aluno, perpassa todo o campus da organização escolar, no qual esta articulará as tarefas dos diferentes componentes da escola, segundo os conceitos políticos e burocráticos que devem ser cumpridos refletindo na dimensão encontrada fora do centro educacional.

Conforme Bourdieu, as instituições de ensino não priorizam os princípios democráticos, não oferecem oportunidades iguais, e sim beneficiam os indivíduos pertencentes a classe dominante, reforçando e reproduzindo as desigualdades sociais. Como já se foi abordado uma gestão democrática precisa valorizar a todos, desde aos alunos, funcionários e a comunidade.

A gestão tem a função de promover na escola um ensino de qualidade, para fazer com que os estudantes saiam preparados para conviver em sociedade, o ensino requer adaptação, não se pode cobrar algo que os alunos ainda não possuem. É preciso acreditar e lutar por uma educação que seja transformadora, que proponha uma compensação nos desníveis entre os sujeitos e eduque para a liberdade, não sendo apenas uma utopia.

Pérez Gómez acredita que mesmo existindo a reprodução do capital cultural na dimensão escolar, é possível a escola se renovar ao assumir um caráter de formação crítica e compensatória. A primeira mudança ocorre quando a instituição de ensino permiti que seja passado ao aluno o reconhecimento do mundo desigual que se encontra, estimulando a criticidade através da educação significativa e não da aceitação passiva do que se está sendo ensinado.

Em vista disso, a gestão democrática é concebida como um sistema que agrega pessoas, considerando seu caráter interacionista na forma democrática de tomada de decisão. A adoção da gestão democrática, introduz um modelo alternativo que repercute em outras esferas da vida social, na qual esta se encontra inserida dentro desse processo que envolve diálogo, debate e interação. É perceptível, que a ideia de um ensino de qualidade não depende somente de uma boa estrutura física, mas também de mudanças no âmbito da organização se tornando uma conquista de fato da comunidade escolar, que deve compreender essa nova cultura de organização e poder articular-se a uma prática e ação consciente.

Sendo assim, torna-se necessário os educadores se preocuparem com as formas de planejar, de lecionar e avaliar os alunos e se auto avaliar com base no seu fazer pedagógico, para que possam através de sua ação desempenharem uma educação transformadora. Por isso, pensar à função social da escola e a organização escolar democrática hoje e antigamente, é pensar em que tipo de sociedade e indivíduo se espera formar. Logo, é preciso entender quem caminha os passos a uma nova cultura de organização, que através da teoria unida à prática resultará por abrir um leque de avanços para a escola, tornando de fato um sonho em uma possível realidade.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. L. **A Produção da Escola Pública Contemporânea**. Campo Grande: Ed.

BOURDIEU, Pierre. A Escola Conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. **Escritos de Educação**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01 de maio 2019.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB – Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

CARDOSO, M.A.; LARA, A.M.B. Sobre as Funções Sociais da Escola. In: IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, 2009, Paraná. **Anais...** Paraná: PUCPR, 2009.p.1313-1326.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

LIBÂNEO, J.C. O sistema de organização e gestão da escola. In: _____ . **Organização e Gestão da Escola** – teoria e prática. 4ª ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. O Campo do Currículo no Brasil – Origens e desenvolvimento inicial. In:_____. Currículo e programas no Brasil. Campinas, SP. Papyrus 1990. (Coleção magistério, Formação e Trabalho pedagógico), p. 81-151.

PÉREZ GÓMEZ, A. I. As Funções Sociais da Escola: da reprodução à reconstrução crítica do conhecimento e da experiência. In: GIMENO SACRISTÁN, J.; PÉREZ GÓMEZ, A. I. **Comprender e Transformar o Ensino**. 4 ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SUHR, I. R. F. **Teorias do conhecimento**. Curitiba: Inter Saberes, 2012.